

O RIO VAI ÀS URNAS
EspecialEducação
Candidatos dão soluções ousadas a problema crônico

Israel Tabak

Detectar problemas na educação é fácil, difícil é resolvê-los, sentença a secretária estadual de Educação, Fátima Cunha. Nem por isso os quatro candidatos às próximas eleições que com ela participaram de um debate promovido pelo JORNAL DO BRASIL se esquivaram de discutir, à exaustão, as principais mazelas que afetam o setor. Tampouco se abstiveram de fazer propostas radicais na tentativa de mudar a situação. O filólogo Antônio Houaiss, candidato a vive-governador pela coligação PT-PSB, sugeriu, por exemplo, que sejam suspensos todos os investimentos no ensino superior e se concentrem os recursos na educação básica.

Os Cieps, financeiramente, são inviáveis, sustenta Fátima Cunha, dizendo que prefeitos do próprio PDT não quiseram receber os escolões quando o Estado se dispôs a repassá-los. O antropólogo Mércio Gomes, candidato a deputado estadual pelo PDT, não concorda com os argumentos e os cálculos da secretária e assegura que a experiência será consolidada e aperfeiçoada caso Brizola seja eleito. A retomada do diálogo com os professores — que nunca foi interrompido, segundo Fátima Cunha — também está garantida, disse o candidato.

Quando fala das distorções, o professor Arnaldo Niskier, ex-secretário estadual e conselheiro federal de Educação, que concorre à Câmara de Deputados pelo PMDB, chega a pensar na polícia: “A Constituição determina que 50% do orçamento do Ministério da Educação sejam gastos com educação básica. O ministério gasta 83% com ensino superior e ninguém é preso por isso”. Ele acha que a educação no Rio está sendo maltratada pelo governo federal, “da mesma forma que os outros setores”.

O professor Cândido Mendes, do Conselho de Universidades das Nações Unidas, que tenta uma cadeira de deputado federal pelo PSDB, também tem uma idéia ousada: como, no ensino superior, o aluno rico está na escola gratuita e pública e o aluno pobre na escola particular e paga, segundo ele, pensa em garantir para o estudante carente a prioridade de vaga nas faculdades públicas, mesmo sabendo que há dúvidas sobre a constitucionalidade dessa proposta.



Fátima Cunha



Antônio Houaiss



Cândido Mendes



Arnaldo Niskier



Mércio Gomes

■ **Fátima Cunha**
Não temos nem política nacional de educação nem referencial para a escola pública

“Detectar problemas é uma questão muito simples na área da educação. O problema é como trabalhar para resolvê-los. O Rio precisa de soluções viáveis para o seu projeto educacional. A rede de 2.720 escolas públicas estaduais está bastante depauperada. Cerca de 600 delas encontramos sem nenhuma condição de funcionamento. Como escola pública, o Ciep representa inequivocamente um avanço em algumas questões. Só que, pelos nossos cálculos, pelo preço de um Ciep dá para construir hoje quatro escolas convencionais do mesmo porte, proporcionando a mesma qualidade de ensino. A manutenção de um Ciep, pelo seu sistema de construção, também é algo muito complicado.

“Gostaria, aliás, de saber porque os prefeitos do PDT não quiseram receber nenhum dos Cieps que o governo estadual pretendia repassar para eles. O prefeito da capital os recebeu, mas não concluiu nenhum. Esta é uma questão que fica no ar. Os Cieps representam hoje apenas 3% de toda a construção escolar do estado. Temos que concordar, com mestre Houaiss quando ele diz que o aluno deve ficar na escola pelo menos de cinco a seis horas diárias. A miséria da sociedade brasileira faz com que a escola tenha que suprir condições que a própria família não consegue assegurar.

“Quanto ao magistério, quero dizer que o próprio professorado reconhece que hoje temos o melhor plano de carreira de todo o Brasil. A questão vai muito além de um plano básico de salários, que depende da Constituição (ela fala de um piso nacional mínimo para os professores). Não temos sequer uma política nacional de educação. Não temos um referencial para a escola oficial. Por isso, hoje os professores não querem mais discutir só salários ou a escola pública. Hoje eles discutem o próprio valor da educação. O professor descobriu que este é um país onde os políticos e seus governantes não valorizam a educação. E por isso é importante escolher candidatos competentes, que de fato priorizem a educação em suas plataformas”.

■ **Antônio Houaiss**
O ensino superior deve parar onde está. No momento não é necessário investir mais

“Não é preciso chegar ao exemplo dos tigres asiáticos para estabelecer a importância da educação como fator de desenvolvimento de um país, esse desenvolvimento capaz de produzir bens físicos e espirituais, materiais e imateriais. Já no fim do século 18 ocorreu esta arrancada para a educação, que se constitui num fato de modernidade absoluta na história da humanidade. Ao contrário do que se pensa, a transmissão do saber, até então, era episódica, através de preceptores. As escolas eram muito poucas com número mínimo de professores e alunos. Portanto a modernidade se instalou, de fato, no início do século 19, com a educação. Ela pôde atingir um índice de quase 100% de formação satisfatória para certas frações da humanidade. E foram estas frações que ficaram na ponta do desenvolvimento humano.

“O nexa entre país desenvolvido e educação é absolutamente necessário e indissociável. Onde não houve desenvolvimento da educação não houve desenvolvimento nem material nem espiritual. O Brasil está atrasado pelo menos uns 80 anos nesse aspecto. Nós temos universidades em quantidade, relativamente ineficazes, absorvendo uma dinheirama fabulosa, recebendo um alunado que não tem preparação adequada para o ensino superior. Esse ensino superior passa a ser um supletório do secundário, que por sua vez é um supletório da ausência do ensino de base. Isso vem de baixo para cima. Se eu pudesse preconizar alguma coisa para o Brasil diria: parem com o ensino superior onde ele está. Cuidem apenas de melhorar sua qualidade. Isso se dará quando os alunos forem mais capacitados.

“O que o Brasil precisa é de uma inseminação de longo prazo. A criança, por mais inteligente que seja, coletivamente é um ser burro. Tem que ter um atendimento integral, incluindo sua nutrição e saúde. Um período diário de oito horas de estudos e carinho. Isso ocorre nos países que obtiveram bons resultados em educação. Nós aqui continuamos com a tragédia dos três turnos, que às vezes se reduzem a duas horas por dia. Esses ciclos estrangulados se constituem num dos erros básicos do nosso ensino: uma democracia quantitativa e uma desmoralização qualitativa. O que precisamos então? Melhorar a qualidade, sem novos investimentos, no ensino superior; melhorar a qualidade, com pequenos investimentos, no secundário. E melhorar a quantidade e a qualidade com imensos investimentos no primário.

“A primeira prioridade é para a for-

mação de professores. Não é possível continuar aviltando essas criaturas, em suas condições salariais. Elas precisam de uma formação carinhosa e uma remuneração que atraia as mais competentes a essa devoção que o ensino exige. Os alunos também são prioritários. É preciso reformar as escolas do país e sobretudo deste estado, porque, mesmo que estejam em condições precárias, são altamente recuperáveis. Não é se fazendo escolas para mil alunos que eles, por isso, vão ser bem atendidos. Escolas com 50 alunos podem ser muito eficientes. Eu deixaria de lado os projetos megalomânicos, sobretudo porque ficam inviáveis quando dependem de grandes edifícios. O sistema educacional da França, Alemanha e Inglaterra só tiveram edifícios mais ou menos satisfatórios já no fim do século. Até então eram casas improvisadas para o ensino.

“Até a escola de pés descalços pode dar bons resultados. O elemento fundamental é a professora, bem paga e bem preparada. É possível entrar no primeiro mundo com os 30 milhões de brasileiros consumidores. Poderíamos ter uma sociedade com muitas indústrias, hedonismo, satisfação, vaidade, prêmios nobéis. Marginalizar, no entanto, a grande maioria da população, não pode ser o objetivo de ninguém. Só um alto nível de educação coletiva pode nos tirar deste buraco. Isso ocorreu em todos os países de ponta do mundo”.

■ **Cândido Mendes**
O proletariado que acorria à universidade não queria empregos, apenas status

“Não há dúvida, nisso todos concordamos, de que é preciso dar toda prioridade ao ensino fundamental. Mas antes de fazermos uma campanha contra o analfabetismo é necessário fixar-se o aluno, desde o começo, dentro da creche. É a partir da creche que ele vai começar sua socialização, libertar a mãe para suas tarefas. E também mais importante que a campanha contra o analfabetismo é fixar a criança dentro da escolarização. Continuamos com a terrível taxa de evasão de 50% no primeiro ano da escola pública. A criança sai da escola para ajudar a família pobre no orçamento familiar. A própria Constituição preconiza que a escolarização é um dever de todos, da cidadania. Assim é dever de todos, do Estado, sociedade e família, encontrar fórmulas para que a criança não saia da escola. Indiscutível também é a necessidade de melhoria urgente das condições de trabalho dos professores.

“Entre as distorções que se verificaram sobretudo a partir do fim dos anos 50,

destaque-se o delírio com que as classes menos abastadas procuravam chegar ao ensino superior. E o proletariado que acorria à universidade não queria as carreiras de melhor emprego. Queria status, o que criou uma síndrome de ofertas, como na área do direito, em detrimento de carreiras como a de química, com muito melhores oportunidades de trabalho. No ensino particular, que acompanho mais de perto, nossa preocupação básica é fixar o professor dentro de uma carreira de tempo contínuo, assegurar sua reciclagem e, assim, valorizá-lo profissionalmente, o que pressupõe também salários compatíveis.

“Hoje diz-se que ser professor é bico, tal o aviltamento do salário. Assim, a escola boa é a que paga pelo menos 70% do que auferem no pagamento do professor. Esse deve ser um parâmetro básico. Isso também explica o fato de que, em fases de excessiva regulamentação do setor privado, a boa escola, que não tenha elasticidade para reajustar seus preços, é a que mais sofre e que primeiro fecha as suas portas. Assim, acabam primeiro as grandes escolas boas; depois, as pequenas escolas boas. As ruins não acabam nunca. Só que elas sobrevivem comprimindo seus salários e reduzindo suas qualificações.

“Quanto aos acessos ao ensino superior, há um evidente paradoxo. O aluno rico está na escola gratuita e pública. O aluno pobre está na escola particular e paga. Quando relator da Comissão Arinos, propus a tese de que a prioridade na vaga para a universidade pública fosse para o aluno carente. Sei que há dúvidas constitucionais quanto a esse tópico, e nisso, talvez, resida a diferença entre o PSDB e os outros partidos puramente liberalizantes. Nós achamos, por exemplo, que é função social corrigir os desníveis de acesso não só à universidade, mas às próprias instituições sociais e comunitárias.

“Quanto à liberdade de ensino e à autonomia universitária, me inquieta particularmente uma tendência corporativa que se verifica na área. Temos que descorporatizar a noção da profissão. Isso porque cada vez mais os conselhos das ordens profissionais estão tirando das universidades a sua autonomia de fixação de currículos e o seu poder de gerir a qualidade do ensino. Decretos que querem hoje subordinar, por exemplo, a criação de novas escolas à opinião de diversas ordens e classes profissionais são inconstitucionais. É uma forma sumamente regressiva de regulamentar a educação. Graças a Deus, o Conselho Federal de Educação, com a interferência decisiva do professor Niskier, já tomou posição contrária.

“Em relação ao desenvolvimento da pesquisa, infelizmente a constituição só privilegia o apoio à pesquisa na universidade. Sabemos que a universidade representa menos de um quarto da oferta de ensino superior no Brasil. A escola isolada, no entanto, não tem o mesmo direito, embora o Brasil hoje seja mais o da escola isolada que o da universidade.”

■ **Arnaldo Niskier**
O professor não pode ganhar menos de sete salários mínimos como piso profissional

“O presidente Collor quer o Brasil no Primeiro Mundo mas sustenta uma educação de Quarto Mundo. A situação da educação nunca esteve pior do que hoje. E no Rio a crise tem como uma de suas origens a forma como estamos sendo maltratados pelo governo federal, não só na educação, como em todos os setores. Tudo por motivos menores, miúdos, mesquinhos. De toda forma, não temos um plano nacional de educação. E é por isso que eu não acredito que o plano de alfabetizar 32 milhões de brasileiros vá dar certo, simplesmente porque não se vincula a uma diretriz maior. Qual é a política do Brasil para a educação pré-escolar? E para a educação básica? Por que o Brasil não valoriza o ensino profissionalizante, um dos segredos da emergência dos tigres asiáticos?”

“O desastre da educação técnica tem uma de suas origens num artigo da Constituição outorgada de 37, que diz que o ensino técnico-profissional “será destinado às classes menos favorecidas”. Essa absurda discriminação oficial, por inspiração do modelo ditatorial de Vargas, infelicitou até hoje a educação técnica no Brasil. Hoje o que precisamos é estabelecer em curto prazo um plano nacional de educação, o que poderá ocorrer já a partir do ano que vem, quando o novo Legislativo deverá apreciar uma nova Lei de Diretrizes e Bases, que se pretende moderna, aquela para a virada do século.

“Não se trata apenas de contar o número dos que estão fora da escola. Não é um problema quantitativo. Temos que saber o que está ocorrendo com os 30 milhões que estão na escola. Qual a qualidade do ensino que recebem. O Brasil não acordou para a modernização indispensável da educação. Não utilizamos tecnologias educacionais de forma adequada. Mal usamos ou nem usamos o rádio, a TV, o computador, o satélite doméstico. Em suma: a educação não é levada a sério. A Constituição estabelece, por exemplo, que 50% do orçamento do Ministério da Educação devem ser para a educação básica. Pois o Ministério está gastando 83% em ensino superior e ninguém é preso por isso.

“A educação tem que contar com pelo menos 25% do orçamento da República. O professor não pode ganhar menos de sete salários mínimos como piso profissional. O Estado do Rio precisa de um revolucionário projeto pedagógico que acabe com as distorções atuais e assegure uma presença mínima de cinco horas diárias do educando na escola”.

■ **Mércio Gomes**
Em educação é preciso ousadia, como ocorreu quando Brizola fez os Cieps

“A educação é parte da cultura de um povo, refletindo suas contradições. Um povo igualitário produz uma educação igualitária. Num país cheio de desigualdades e injustiças, como o nosso, isso se reflete no alto índice de analfabetismo, na evasão escolar e em todas as distorções que marcam a educação brasileira. No mundo ocidental a educação ganhou maior incremento por força da reforma religiosa do século 16 — a leitura da Bíblia foi considerada fundamental como forma de auto-iluminação do homem — e da Revolução Francesa, que usava a educação como um instrumento de se fazer o cidadão. No Brasil, sobretudo a partir da década de 30, a educação passou a ser enfatizada como forma de diminuir as diferenças sociais.

“Na década de 50 a educação pública nas grandes áreas urbanas apresentava uma qualidade razoável. A sociedade brasileira ainda era predominantemente rural. Era possível assegurar um ensino com alguma qualidade para a minoria que vivia nas cidades — 10 milhões de pessoas. A partir da década de 70 a rede pública entra em decadência não só pelo início da explosão urbana — a clientela aumentou de 10 para 60 milhões de pessoas — como também por um descaso da política oficial. Até o final da década de 50 o desleixo oficial já era sentido pela maioria da população, que vivia na área rural. A partir de 70 ele se generalizou. Os problemas que já existiam agora estão mais à nossa vista.

“Para retomar a dimensão da educação pública é preciso ser ousado, como foi o governador Brizola, ao criar o Ciep, a primeira escola fundamental de turno único para todas as classes sociais, especialmente para o povo trabalhador. A consolidação desse projeto de educação integrada, no próximo governo, será um marco, uma meta para ser seguida, na medida do possível, por toda a escolaridade pública. Há, de fato, uma dificuldade, de ordem arquitetônica, para outras escolas públicas virarem Cieps. Mas já temos estudos mostrando que algumas escolas podem se transformar em escolas-parque e outras, pelo menos, em escolas de turno completo.

“Consolidar esse projeto, levando-o para mais algumas áreas geográficas estratégicas, é fundamental para melhorar a qualidade do ensino. Projeto que se completa com o estímulo à construção de escolas profissionais e com a retomada do diálogo com os professores, visando a uma substancial melhoria salarial e uma elevação da qualidade do ensino.”